



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 2/2012

No dia vinte e cinco de Abril do ano dois mil e doze, pelas 11,00 horas reuniu, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal, convocada nos termos Regimentais para a sua **PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, com a seguinte Proposta de Ordem de Trabalhos:

PONTO ÚNICO: **CELEBRAÇÕES DOS 38 ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974**

Foi distribuída a folha de presenças, tendo-se verificado as **presenças e faltas** dos Senhores Deputados:

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Maria Isabel Franco Gonçalves Verão, Dra.;
- Manuel Pedro Mota Cordeiro, Eng.º;
- José Fernando Oliveira Serrano, Dr.;
- Marco Alexandre Marques Ramalho, Dr.;
- José Maria Ferraz da Fonseca;
- Maria de Fátima Mendes Cardoso Nunes, Dra.;
- Jorge Manuel Simões Mendes, Dr.;
- António da Silva Letra.;
- Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.;
- Francisco José Redondo Ferreira;
- Carlos Augusto Soares;
- António Travassos Rodrigues Serrano;
- Luís Carlos Gonçalves Redinha;
- José António Nunes da Silva Mendes;
- António César Gomes, Dr.;
- Teresa Margarida Vaz Pedrosa, Dra.;
- José Manuel Coelho Bernardes;
- Carlos Mendes Simões;
- António Abreu Gaspar;
- Evaristo Mendes Duarte;

Apresentou justificação:

- Rosa Alexandra Travassos de Sousa Colaço, Dra.;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Manuel Augusto Serralha Duarte, Dr.;
- Nuno Ricardo Carvalho Ferraz, Dr.;
- Carlos Miguel Simões Pimenta, Dr.;

Não apresentaram justificação:

- Arlindo Rui Simões da Cunha, Dr.;
- Susana Isabel Anjo Lapo, Dra.;
- António Simões de Almeida;
- Júlio Dionísio Penedo;
- Aurélia Maria Ferreira Pinto Castanheira;
- Agostinho Fernandes Ramalho Bento;

Da **BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- José Francisco Ferreira Malhão, Dr.;
- Ana Isabel Fernandes Fortunato;

Da **BANCADA DO BLOCO DE ESQUERDA** verificou-se a **presença** do Senhor Deputado:

- Luís Filipe Gouveia Rente.

Estiveram presentes nesta Sessão 26 membros, pelo que a Senhora Presidente da Assembleia, confirmada a existência de quórum, declarou aberta a Sessão.

COMEMORAÇÕES DOS 38 ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974

Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Rente, da Bancada do BE, que proferiu o seguinte discurso: “A Democracia Pluralista, com base em eleições livres para os cargos políticos, é o sistema que melhor assegura os Princípios da Liberdade Individual, do Respeito pelos Direitos Humanos e da Solidariedade Social, que constituem o Património Político das Sociedades Modernas.

É necessário, neste período de crise social, reafirmar tal facto, pois a situação de crise leva muitos cidadãos ao desânimo, tirando sentido ao 25 de Abril e às promessas que este constituiu.

A existência de Autarquias Locais, investidas de responsabilidades efectivas, dá expressão, a escalas diferentes do Estado no seu conjunto, ao direito de cada um participar na gestão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos assuntos públicos e permite que essa gestão se faça de forma mais eficaz e próxima das populações.

A existência de Autarquias é um factor de enriquecimento da Democracia.

As Autarquias Locais multiplicam as possibilidades de participação das populações na vida pública local e nos processos democráticos, constituem-se como verdadeiros centros de aprendizagem das regras democráticas.

É por esse motivo que os sistemas políticos totalitários não convivem bem com a existência de Autarquias Locais.

Basta recordar a nossa História recente, no período anterior à Revolução de Abril. As Autarquias Locais, com a organização e competências que hoje têm, são uma conquista de Abril.

Pela natureza dos serviços que estão sob a sua responsabilidade, as Autarquias representam mais as preocupações das populações enquanto utentes ou consumidores de serviços, do que na qualidade de agentes económicos, preocupação bem diferente da dos Governos Centrais, que tendem a considerar argumentos de ordem sectorial ou macroeconómicos.

Pela política de proximidade, as Autarquias introduzem mecanismos suplementares de equilíbrio de poderes, indispensáveis ao bom funcionamento da Democracia.

Num momento particularmente difícil da grave crise económica e social, os Autarcas têm um papel importante na afirmação das conquistas de Abril.

As Autarquias favorecem a eclosão de laços de solidariedade social e da participação que extravasam os interesses individuais ou de orientação ideológicas.

O seu carácter de proximidade e de solidariedade social, não encontra paralelo nos demais níveis da organização administrativa.

As Autarquias e a representatividade dos cidadãos a nível local são uma conquista de Abril!

O seu papel ganha redobrada importância na actual situação de crise social e económica que atravessamos.

Tal implica naturalmente uma maior responsabilidade para os Autarcas Eleitos.

Não é mais possível estar na política autarca sem o espírito de bem servir os interesses colectivos, em detrimento de interesses pessoais ou de grupo, sendo a reputação e a confiança elementos de relevante valor.

Queiram ou não, os líderes políticos, são hoje mais visíveis a mais pessoas e mais expostos aos riscos de que a suas acções sejam reveladas.

A crise actual, que é também uma crise social e de valores, impõem aos Autarcas uma responsabilidade acrescida.

O contingente dos desfavorecidos, os socialmente excluídos, aqueles para quem as promessas de Abril não passaram disso mesmo, de promessas não cumpridas, tendem a generalizar e a, compreensivamente, retirar importância ao 25 de Abril.

O marasmo ou abuso de poder político tende igualmente a retirar sentido ao 25 de Abril.

Nós, Autarcas, temos pois uma responsabilidade acrescida na defesa do que representou o 25 de Abril, mediante uma actuação que aumente a reputação, a confiança e a credibilidade do poder local.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Saibamos defender as conquistas de Abril.
Viva o 25 de Abril!
Viva a Liberdade!
Viva a Democracia!
Viva Portugal!”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão, da Bancada da CDU, que proferiu o seguinte discurso: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Municipais, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores aqui presentes e todos aqueles que, onde quer que estejam, nos escutam através da Rádio Popular de Soure.

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, organizaram e participam nas várias iniciativas das comemorações que temos a honra de hoje levarmos a cabo, em Soure.

Quero também sublinhar que me orgulho da forma como se comemora “Abril de 74”, em Soure e do empenho que esta Câmara manifesta na sua organização, apesar dos tempos difíceis que atravessamos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores...

A Revolução de Abril foi o momento mais luminoso da história recente de Portugal.

Tempo de alegria colectiva, de povo nas ruas a despedaçar algemas e mordanças, a conquistar a Liberdade, exercendo-a e conferindo-lhe o seu verdadeiro e amplo significado, juntando-lhe os Direitos que a distinguem da falsa liberdade burguesa.

Tempo de afirmação entusiástica e consciente da defesa do interesse nacional - que é o interesse dos trabalhadores e do povo no quadro da independência e da soberania de Portugal. Tempo de início da construção de um tempo novo, de Justiça Social, de Direitos Humanos reconhecidos, de Paz e Solidariedade com todos os países e povos do mundo.

Tempo da construção da mais avançada Democracia alguma vez existente em Portugal: uma Democracia Económica, Social, Política, Cultural e com uma determinante componente participativa - que viria a ser consagrada na Constituição, aprovada em 2 de Abril de 1976.

A Revolução de Abril foi Liberdade; foi Direito ao Trabalho com Direitos; foi Direito à Saúde; Direito ao Ensino; Direito à Segurança Social; foi a experiência histórica da terra entregue a quem a trabalhava e dos sectores estratégicos fundamentais da economia colocados ao serviço do povo e do País; foi a construção do Poder Local Democrático; foi o fim da Guerra Colonial, libertando outros povos do jugo colonial e simultaneamente libertando Portugal; foi o fim do isolamento internacional do nosso País...

Minhas Senhoras e Meus Senhores...

Comemoramos mais um aniversário do Dia da Liberdade num tempo marcado pela intensificação da furiosa ofensiva contra Abril e as suas conquistas. Uma ofensiva que - iniciada há trinta e seis anos pelo Governo PS/Mário Soares, e prosseguida de então para cá por sucessivos Governos compostos pelos três partidos da Política de Direita,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sozinhos ou aos pares - assume agora contornos de um assalto final a tudo o que a Revolução de Abril nos trouxe de positivo, avançado, moderno e progressista.

Entretanto, à TROIKA PS, PSD, CDS, que ao longo de mais de três décadas tem vindo a devastar o Portugal de Abril, juntou-se, de há um ano a esta parte, a TROIKA FMI, União Europeia, Banco Central Europeu - e as duas, de mãos dadas, assinaram o tenebroso pacto de agressão.

Um pacto que, tal como o PCP alertou na devida altura e a realidade confirmou, veio agravar ainda mais a situação económica e social, provocando um maior endividamento do País; trazendo mais desigualdades e injustiças; trazendo mais desemprego e mais exploração; abrindo alas aos aumentos desenfreados de todos os bens essenciais; roubando nos salários, pensões e reformas; aumentando a pobreza, a miséria e a fome; roubando pedaços significativos da independência e da soberania nacionais; roubando direitos, liberdades e garantias aos trabalhadores e aos cidadãos; roubando democracia à já fragilizada democracia existente; roubando Abril aos trabalhadores, ao Povo e ao País.

Um pacto que, naturalmente, e cumprindo o seu objectivo maior, trouxe mais e mais lucros e vantagens e benesses aos chefes dos grandes grupos económicos e financeiros, para servir os quais - e só para isso - as duas *TROIKAS* existem.

Por tudo isso é preciso e é urgente acabar com a política deste (des)governo que rouba aos pobres para dar aos ricos.

Este é um Governo que se gaba de tomar medidas corajosas, mas que é precisamente o oposto! É um Governo covarde e injusto, pois tira aos trabalhadores indefesos, e sem culpa nenhuma nesta crise, para dar aos senhores da alta finança, aos agiotes e especuladores, estes sim, os verdadeiros, os principais responsáveis pela crise. Se isto é coragem...

Aquilo que apelidam de ajuda financeira a Portugal, não passa de um bom negócio para a alta finança, pois esta ajuda, só em juros, tira-nos da pele 35 mil milhões de euros, ou seja, cerca de 1/5 de toda a riqueza produzida no País durante um ano inteiro.

Um Governo que exigiu a devolução imediata das prestações, pagas pela Segurança Social indevidamente aos trabalhadores, mas não fez questão de pedir à Lusoponte a devolução do dinheiro que esta recebeu duplamente - dos utentes e do Estado - pelas portagens de Agosto passado.

Um Governo que, ao arrepio da Constituição da República, não se coíbiu de extorquir, confiscar 2 meses de salário aos Funcionários Públicos - primeiro diziam que era só durante 2 anos e agora será por 3 anos vírgula não sei quantos -, não tem grande pressa em acabar com as famosas parcerias público-privadas que arruinaram o Estado e satisfazem a parasitária gula privada, pois quer o negócio corra bem ou corra mal, o lucro está garantido à custa de todos nós.

Um Governo PSD/CDS, Partidos que apoiaram a nacionalização do colossal buraco do BPN, buraco este originado pelas falcatruas dos amigos do Cavaco, mas que privatiza o que dá lucro, como recentemente a EDP, bem como outras privatizações que estão na calha.

Assim, Minhas Senhoras e Meus Senhores, não há Orçamento que aguente, assim as contas só podem sair furadas! Assim, o País não anda para a frente!

Minhas Senhoras e Meus Senhores...



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estando nós nesta Assembleia Municipal a exercer o nosso dever cívico, num órgão de Poder Local, que constitui o órgão máximo do Poder Local Concelhio, não poderia deixar de sublinhar que foi também Abril de 74 que nos proporcionou esta bela e tão importante conquista - o Poder Local Democrático.

Foi esta conquista que deu e dá a oportunidade, a nós e muitos milhares de Portugueses, de intervir activamente na vida política e democrática do nosso bairro, da nossa cidade, da nossa aldeia, da nossa freguesia.

E é este Poder Local, nascido de Abril de 74, que com este Governo, a mando ou a desculpa da TROIKA, está sob ameaça de empobrecimento democrático!

Com a aprovação da Proposta de Lei para a Reorganização da Administração Territorial Autárquica, o Governo PSD/CDS pretende: fazer desaparecer cerca de 1500 Freguesias, 1/3 das actualmente existentes; reduzir em cerca de 20 mil o número de Autarcas Eleitos; afastar as populações dos seus Eleitos; enfraquecer a afirmação, a defesa e a representação dos interesses e aspirações das populações; deixar ao abandono ainda um maior número de populações; colocar no desemprego milhares de trabalhadores das Freguesias a extinguir.

Por tudo isso, nós comunistas, comemoramos o 38.º Aniversário de Abril em luta: luta pela rejeição do pacto de agressão e da sua política antipatriótica e de direita; luta por uma política patriótica e de esquerda, ao serviço dos interesses de Portugal e dos portugueses, inspirada nos valores da Revolução de Abril.

E se é verdade que as famigeradas *TROIKAS* já destruíram grande parte dessas conquistas de Abril, mais verdade é que Abril continua vivo e a apontar para o futuro do Portugal pelo qual lutamos, com a certeza de que Abril, os seus valores, as suas conquistas e transformações não-de fazer parte do nosso dever colectivo.

Viva o Concelho de Soure!

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!"

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Serralha Duarte, da Bancada do PSD, que proferiu o seguinte discurso: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Colegas Deputados Municipais, Membros do Executivo Camarário, Representantes de Entidades Concelhias, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

É com apreço que vejo as crianças centradas nas comemorações deste 25 de Abril, assim de como anteriores a que assisti. A minha primeira palavra vai para as crianças aqui presentes. Elas são um garante do nosso futuro colectivo. Dou os meus parabéns aos premiados e peço a todos vós que estudem muito e participem activamente nos projectos que durante o Ano Lectivo se vão realizando nas vossas Escolas.

Digo-vos que me lembro perfeitamente do dia 25 de Abril de 1974, no qual aconteceu em Lisboa uma revolta de militares que ajudou a implementar no nosso País a Democracia, a Liberdade de Expressão, de Associação e outras Liberdades, algumas destas transformadas em libertinagens 38 anos depois. Destas libertinagens, a Revolta Militar de Abril de 74 não tem culpa. Os partidos políticos representados na Assembleia da República têm. Têm todos eles culpa na forma como governam Portugal desde o 25 de Abril. Todos eles sem excepção, porque, ou fazendo parte dos governos e/ou fazendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte da Assembleia da República (que é quem tem o poder legislativo) ajudaram a que aqui chegássemos. A esta crise. Pela mão do Partido Socialista. Este partido, sem hesitações e sem calculismos políticos, deve dar o seu contributo imediato na Assembleia da República para ajudar o País a sair dela. Não trago aqui doutrina política sobre o 25 de Abril e o seu ideário. Acho mesmo que ele nunca foi, nem vai ser, propriedade intelectual de ninguém, à qual alguns partidos e personalidades, tentam pôr a mão. Trago sim, mais avaliação a juntar à que acabo de fazer, assim como contributos para esta comemoração deste ano de 2012 no nosso Concelho.

Avalio com conhecimento de causa, o Ensino Básico e Secundário com nota negativa e informo todos quantos me ouvem, que ele é a grande causa do atraso do nosso País. Perdeu-se o Ensino Técnico das Escolas Comerciais e Industriais, para dar lugar a licenciados em tudo e mais alguma coisa, que vão tendo lugar em caixas de supermercados. As teorias pedagógicas sobrepujaram-se ao primado da Ciência, da Tecnologia e da Disciplina. Os sucessivos governos têm todas as culpas neste descalabro. O actual mercado de trabalho, em crise, procura pessoas bem formadas para concorrer com o resto do mundo. As famílias deviam ser imediatamente penalizadas quando não se interessam pela Educação e Ensino dos seus filhos.

O primeiro contributo do que atrás referi, é uma informação útil neste tempo de aumento do desemprego e é sobre oportunidades de trabalho: o Grupo Portucel/Soporcel disponibiliza no seu site 22 ofertas de estágios profissionais para licenciados em várias Engenharias, Economia, Direito e outras, assim como para jovens com Cursos Profissionais. O concurso dura até sexta-feira e deve ser feito no site das referidas empresas.

Depois da avaliação do Ensino que fiz atrás, falo-vos de Confiança. Confiança nos Governos, na Justiça, nos Mercados... nas Pessoas. Sem confiança, valores fundamentais como a Democracia e a Liberdade, são frágeis e podem tornar-se ausentes. Como afirmou Warren Buffet, *“a confiança é como o ar que respiramos, quando está presente não se dá por ele; quando falta, então percebe-se a sua importância”*. Um sociólogo alemão define-a como *“um mecanismo de redução da complexidade social”*.

E qual é o nosso estado de confiança em relação às Instituições Políticas e à Justiça? E em relação ao chamado 4.º poder - a Comunicação Social? A nossa confiança é muito baixa e tem vindo a baixar cada vez mais. Veja-se a Justiça e o comportamento dela nos casos mais mediáticos, veja-se a idade e a experiência profissional e de vida, de juízes e juízas com vinte e poucos anos, veja-se a demora dos processos e a desconfiança. Os investidores, as empresas e as pessoas desconfiam.

Desconfiança total foi o resultado do Referendo sobre a Regionalização efectuada no nosso País, uma vez que não foi depositada confiança nesse projecto político. Com regiões aumentaria ainda mais o despesismo e o endividamento de que as regiões espanholas são exemplo actual. Desconfiança é ver serem eliminadas apenas Freguesias e não Municípios também. Porquê apenas Freguesias? Confiança sobre esta matéria, Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Soure, seria ver votada favoravelmente uma proposta de Referendo Local nas Freguesias a extinguir neste Município de Soure, ou seja, em Brunhós, Tapeus e Degracias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Confiança no futuro seria também ver a nossa Agricultura bem tratada pelos governos. O Mercado das Segundas-feiras, nesta Vila, espelha bem a Economia Agrícola do nosso Concelho e do País: uma lástima terceiro-mundista onde os Agricultores estão cada vez mais pobres sem os mais elementares incentivos como, por exemplo, os preços mais baixos dos combustíveis e o apoio ao emparcelamento.

A terminar afirmo que é, por Princípios, por Valores e por Acções que todos os dias se deve reconstruir o 25 de Abril.

Viva o Concelho de Soure!

Viva Portugal!”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Jorge Mendes, da Bancada do PS, que proferiu o seguinte discurso: “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos Senhor Presidente da Câmara e Vereadores Municipais, Excelentíssimos Senhores Autarcas, Excelentíssimas Entidades presentes, Civis, Militares e Religiosas, Órgãos de Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Comemoramos hoje aqui mais um aniversário do 25 de Abril de 1974.

Há trinta e oito anos, à hora em que hoje aqui nos encontramos, para celebrar a Liberdade que ela nos trouxe, a Revolução estava na rua e controlava já os principais centros estratégicos do país.

A esta Revolução que começou por ser uma operação militar para resgatar o poder das mãos dos que, durante 48 negros e longos anos ilegalmente o tinham detido, cedo se juntou uma onda de apoio popular, que não parando de crescer, imprimiu à Revolução uma marca única, que para sempre a singularizou.

E nessa hora se houvera alguma ténue esperança de resistência do poder político instalado, ela quedou-se perante a coragem admirável dos militares de Abril e a imponente e massiva adesão do povo, que, sem medo, saiu à rua, estilhaçando o agrilhoadado que o prendia e evocando a Liberdade que desejava e a que sentia ter direito.

Esta Revolução, fez ver ao mundo que a razão da força tem que ceder perante a força da razão, a Ditadura perante a Democracia e o Medo e a Opressão perante a Liberdade, seja de Expressão, de Ação ou ainda de Sentimentos.

É mediante a Liberdade que o Homem se exprime como tal e na sua totalidade. Esta é também, enquanto meta dos seus esforços, a sua própria realização.

Curvando-me perante os militares de Abril e este povo que, inconformados com a situação cruel e desumana existente anterior à Revolução, restabeleceram a Democracia, presto-lhes hoje e aqui uma homenagem, certo de que colocaram o dia 25 de Abril de 1974 num patamar impar e num dos mais importantes da nossa História.

Como melhor define Sophia de Mello Breyner Andresen, em poema, referindo-se a este dia: “*Esta é a madrugada que eu esperava; O Dia inicial inteiro e limpo; Onde emergimos da noite e do silêncio; E livres habitamos a substância do tempo*”.

Estas comemorações têm particular significado quando empreendidas nesta vila de Soure. Como não podemos ser insensíveis à nossa História, impõe-se-nos a nós, democratas, recordar como imperativo de justiça e porque não também de consciência, aqueles que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

neste Concelho manifestaram através da sua Coragem Cívica e da Dignidade a sua resistência às Condições Sociais e Políticas impostas pela Ditadura.

O Concelho de Soure tem uma memória e um passado de lutas, manifestações e de prisões, que fazem parte da nossa História Colectiva de Resistência Cívica à Ditadura em Portugal.

Com a humildade de quem, como a maioria de nós usufruiu, na maior parte da sua vida de Liberdade Política, curvo-me perante o testemunho dos que, estando ou não presentes entre nós, por essa Liberdade lutaram nomeadamente neste espaço particular do nosso concelho.

Senhoras e Senhores Autarcas...

Inserindo-nos num Regime Democrático e neste ato em que se evoca a Liberdade e que tornamos presente o dia memorável que fundou o nosso Regime Democrático, nunca é demais reafirmar o pensamento de que a Democracia é o Regime do Povo, pelo Povo e para o Povo.

É a ele que representamos e é dele que nos provém a legitimidade.

É a ele que servimos.

Enquanto membro desta Assembleia representando a Bancada do Partido Socialista, saúdo esse Povo de cidadãos livres, mulheres e homens que são a essência da Democracia.

Uma palavra especial para os excluídos. Os excluídos do Emprego, da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento, da Justiça, da Cultura, da Dignidade.

É perante eles que a nossa insatisfação deve ser maior e a nossa vontade de mudança mais forte.

É face a eles que a nossa responsabilidade se torna mais urgente.

É olhando para eles e constatando a sua existência que devemos reconhecer que embora o caminho percorrido tenha sido longo há no entanto muito caminho ainda a percorrer.

Neste particular aspeto, o 25 de Abril, enquanto ideário, continua longe de ser cumprido.

Passados trinta e oito anos, em que tudo mudou tanto, era bom que estas comemorações ocorressem num clima de maior satisfação e otimismo, de maior auto-estima e confiança.

A realidade é porém bem diferente. O País enfrenta hoje uma grave crise económica e financeira.

Fruto de erros governativos dos últimos anos, referem apressada e reiteradamente alguns.

Os mais avisados dirão contudo que antes de ser portuguesa, esta crise é uma gravíssima crise mundial e europeia, a maior desde 1929, com uma incidência particular no nosso País, pois junta às dificuldades gerais as nossas vulnerabilidades próprias.

A resposta europeia a esta crise tem sido a de aprovar pacotes draconianos de austeridade. Perante a austeridade universal, a anemia económica tornou-se viral e os mercados entram ciclicamente em pânico, manobrados engenhosamente por empresas de *rating*, enquanto o cenário de destruição económica alastra.

Em Portugal o cenário é contudo ainda mais negro.

Fruto de ser um país periférico, de especificidades próprias, mas sobretudo das medidas implementadas e do excesso de austeridade, as falências sucedem-se a ritmo alucinante. O Desemprego tornou-se galopante e regista níveis históricos. O Abandono Escolar por motivos económicos, especialmente na Universidade, cresceu muito para além do que os números oficiais revelam. A Emigração recrudescer em força e não se trata de “fugas de cérebros” mas uma emigração à moda antiga, para fazer qualquer tipo de trabalho não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualificado. O regresso à Agricultura dá-se não pela positiva, mas pelos piores motivos - é a subsistência. A Recessão instalou-se e a Depressão tomou conta de nós.

Só os mais distraídos podem ainda apegar-se ao discurso inicial do Governo e à ideia da cura necessária para um futuro melhor.

Este que nos fazia acreditar em melhorias rápidas e certas para justificar as medidas drásticas implementadas, parece agora, ele próprio, não acreditar nas suas previsões, que sucessivamente revistas em baixa, confirmam os piores cenários.

Acresce que as necessárias reformas capazes de refundar o País e projectá-lo numa rota ascendente de progresso e recuperação económica tardam em aparecer e o Governo ainda não conseguiu explicar que reforma do Estado quer fazer - se é que ainda quer fazer alguma -.

O excesso de austeridade imposto como sendo a única solução, não é a cura, mas a doença que agrava a crise e quem paga por isso são os Portugueses. Esta é, antes de mais, uma doença que se alimenta a si própria.

Privatizar sem olhar a meios, fechar serviços cegamente, congelar salários, promoções e cortar salários não são soluções estruturais, nem podem durar sempre.

Com esta política o que se conseguiu foi a agonia da economia e uma gravosa execução orçamental que se traduziu na diminuição da Receita e num aumento da Despesa, exatamente aquilo que o Governo tinha jurado não acontecer, o que confirma que esta Receita não está a resultar, cortando não nas gorduras do Estado mas sim no Rendimento das Pessoas e no Aumento de Impostos.

É fundamental para sairmos da crise que o País alivie os sacrifícios exigidos aos Portugueses e às Empresas, sendo urgente encontrar soluções que coloquem o Emprego e o Crescimento Económico como prioridade para a consolidação das Contas Públicas.

O debate deve ser outro. Que Estado queremos? Com que funções? O Estado Social é para manter como está?

Sem responder a estas questões, anda-se sempre atrás do prejuízo e em pleno estado de emergência. É o que está a acontecer na Segurança Social, na Justiça, na Saúde.

Não podemos evocar convenientemente o 25 de Abril sem falarmos em Poder local e, desde logo, na Reorganização Administrativa Territorial Autárquica em curso que visa a Reforma da Administração Local, resultante da Proposta de Lei já apresentada na Assembleia da República para aprovação.

O Poder Local foi uma das conquistas do 25 de Abril. Este nasce de um impulso de um forte movimento social, de participação cívica e política contra o centralismo e em prol de uma autonomia local e resulta da criação, pela Constituição de 1976, de uma Administração Local autónoma que não sendo uma simples organização administrativa vem a constituir um verdadeiro poder político.

É através do Poder Local que a Democracia se exerce mais aprofundadamente, quer pela maior proximidade dos eleitores e dos eleitos, muito importante do ponto de vista social, quer ainda pelo melhor aproveitamento que estes fazem dos recursos públicos se comparados com o Estado Central.

Rejeitando a disponibilidade do Partido Socialista para uma verdadeira Reforma do Poder Local que começasse por uma nova Lei Eleitoral Autárquica e incluísse uma nova Lei de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Atribuições e Competências, uma nova Lei de Financiamento e uma Lei de Organização do Território, o Governo, por decisão própria, parte para este caminho sozinho.

Sozinho e com uma proposta perfeitamente desgarrada, feita a régua e esquadro, que, a ser aprovada, resulta, no nosso Concelho, numa diminuição de 25% do número de Freguesias, passando estas de 12 para 9.

Mas para além desta diminuição cega, esta Proposta de Lei contém, em embrião, um tique de autoritarismo de outros tempos e que não se coadunam com uma Democracia de 38 anos, perfeitamente consolidada.

A regra de que ou a Assembleia Municipal se pronuncia favoravelmente àquela redução ou as novas Freguesias por efeito da agregação, agora criadas pela Unidade Técnica, deixam de ter direito ao aumento na participação do Fundo de Financiamento das Freguesias é uma regra que condiciona a decisão, não respeita as Assembleias Municipais e Membros Eleitos, a autonomia e a dignidade dos Municípios, violando a garantia constitucional da sua ampla autonomia face ao Estado, e ainda a Carta Europeia da Autonomia Local.

É, neste aspeto, um retrocesso face às conquistas de Abril.

Não podia deixar ainda de me referir ao Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária, apresentado já este ano pelo Governo, especialmente pela relevância que terá no nosso Concelho e que aponta para o eventual encerramento do Tribunal de Soure.

Baseado em dados incorretos e irrealistas, o Ensaio apresentado é o exemplo acabado da pressa e inaptidão com que esta matéria foi tratada, assentando no desconhecimento da realidade do nosso país, em especial do nosso Concelho e alheio ao impacte que tal medida terá, nomeadamente quanto às necessidades efetivas da população.

O equilíbrio das contas públicas, sendo um desígnio nacional, não pode pôr em causa o acesso dos cidadãos a um dos seus direitos fundamentais - o de Acesso à Justiça - e aprofundar ainda o desequilíbrio entre regiões, não podendo este Ensaio deixar de ser considerado um devaneio impensado e irrefletido, feito por quem no conforto de um qualquer gabinete, revela um claro alheamento e desconhecimento do país real, só podendo ter merecido a aprovação de uma Moção de Censura na Câmara Municipal, sobre proposta do seu Presidente e também obviamente, nesta Assembleia Municipal.

Mínhas Senhoras e meus Senhores...

A Crise Mundial há pouco referida que afeta especialmente a Europa, com especial relevância nalguns países como Portugal, é também para além de Económica, uma Crise Civilizacional, Moral, Política e Social que se encontra longe de ser ultrapassada.

É ainda a crise de um certo modelo económico e social neoliberal, que se recusa a reconhecer o seu fracasso.

Para a ultrapassarmos, para além de medidas concretas que estimulem a Economia e projetem o Desenvolvimento, torna-se necessário uma nova ética e uma nova moral.

Precisamos de uma Europa que não se divida, negue e enfraqueça. Precisamos de políticos com voz própria e não subjugados a interesses espúrios e obscuros. Precisamos de uma economia ao serviço de todos os homens. Precisamos que o interesse individual não se sobreponha ao interesse coletivo. Precisamos que a ética estrangule a especulação criminosa. Precisamos de uma maior exigência e responsabilização. Precisamos de mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

otimismo e auto-confiança. Precisamos de um Estado reprimado e reconhecido nas suas funções. Precisamos de um pensamento novo e uma nova autoridade moral.

Nunca é demais lembrar nesta data em que se comemora a Liberdade, que esta não é um ponto de chegada e uma realidade passiva, mas um ponto de partida e de caráter dinâmico e que o 25 de Abril não é um ideário fechado mas de reinvenção permanente.

Neste cenário de Ideais, Causas e Valores renovados, o salto em frente depende de todos mas sobretudo de cada um de nós.

Cada um de nós tem que se esforçar por ser o modelo da projeção que deve ser o mundo. Como dizia Ghandi, *“Sê a mudança que queres para o mundo”*.

Cumprindo isto, estou certo que alcançamos e abraçamos definitivamente o Ideal de Abril.

Saibamos merecê-lo.

Viva o 25 de Abril!

Viva Soure!

Viva Portugal!”

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra, proferindo o seguinte discurso: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Colegas Vereadoras e Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta das Freguesias do Concelho, Demais Autarcas de Freguesia, Senhores Dirigentes de Instituições Culturais, Desportivas, Sociais e de Protecção Civil do nosso Concelho, Senhores Responsáveis pelas Instituições que prestam serviços ligados à Educação, Senhor Reverendo Pároco José Cunha, Jovens participantes no Programa Comemorativo do 25 de Abril, e familiares, Minhas Senhoras, Meus Senhores, representantes da Comunicação Social, e, a estar a acontecer o que é habitual, a transmissão desta Sessão, em directo, pela Rádio Popular, permitam-me uma saudação amiga, muito particular, a todos os Sourenses espalhados pelo Mundo, que nos estejam a ouvir... também para eles, um abraço fraterno e amigo.

Agora, procurarei dividir a minha intervenção em duas partes: uma em que, não por obrigação, mas com convicção interior, farei algumas saudações, porque são de elementar justiça, apresentarei felicitações, algumas congratulações, e, depois, como é hábito, não obstante estarmos num dia de festa, isso não nos deve impedir de reflectirmos e de que convosco partilhe alguns considerandos... Começemos pela primeira parte...

Permitam-me, justamente, começar por agradecer a presença de todas e de todos.

Permitam-me, justamente, cumprimentar, na pessoa da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, todas aquelas e aqueles que integraram a Comissão Organizadora deste Programa Comemorativo.

Permitam-me que agradeça publicamente a todas as Entidades apoiantes: ao Agrupamento de Escolas de Soure, ao Instituto Pedro Hispano, ao INTEP, à Banda de Soure, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure, e à Rádio Popular... Sem a vossa colaboração, sem o vosso contributo decisivo, não estaríamos, no plano do Programa Comemorativo, a sermos capazes de homenagear os Ideais de Abril



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com esta qualidade... o meu agradecimento pessoal e institucional à vossa prestimosa colaboração.

Permitam-me, ainda, que agradeça aos mais de 140 miúdos e às suas famílias, por terem participado no Concurso “*Conhecer Abril*”... Quero também, naturalmente, felicitar/dar os parabéns antecipados àquelas e àqueles que, além da participação, apresentaram trabalhos que mereceram distinção.

Cumprimento, também, a mais de meia centena de miúdos do Ensino Básico do 1.º Ciclo, das Freguesias de Alfarelos, Figueiró do Campo e Granja do Ulmeiro e alguns alunos do 2.º Ciclo do Ensino Básico do Instituto Pedro Hispano, pela sua participação no II Torneio da Liberdade/Escolinhas - Xadrez... porque a elasticidade mental que advém da prática do Xadrez é também uma forma de termos maior dificuldade em nos desviarmos dos Ideais de Abril.

Permitam-me, ainda, saudar publicamente algumas iniciativas que tiveram já lugar no nosso Concelho, igualmente comemorativas deste 38.º Aniversário do 25 de Abril de 1974... estamos certos que também procuraram, designadamente e em particular aos mais novos, de forma pedagógica, explicar-lhes o significado histórico ou político que está associado ao 25 de Abril de 74... É bom que nunca percamos de vista o seu significado histórico ou político, que o interiorizemos, que o entendamos, para que o possamos respeitar no dia a dia e valorizar...

Depois destas saudações, gostaria de passar à parte em que, não obstante a festa, irei trocar algumas impressões, partilhar algumas reflexões convosco.

Nos últimos anos, tive a oportunidade de vos dizer que a realidade do nosso País e da Europa está longe daquilo que qualquer um de nós gostaria que fosse... Apontei até algumas possíveis estratégias de solução... a contragosto e certamente com o desgosto de todas e de todos, hoje podemos dizer o mesmo... A realidade do nosso País e da Europa está, de facto, bem longe de ser aquela que gostaríamos que fosse... O porquê, independentemente de raciocínios mais ou menos elaborados, é tão simples quanto isto: há já umas dezenas de anos que Portugal e a Europa têm vindo a viver acima das suas possibilidades... e, não é possível, a qualquer nível, indefinidamente no tempo, que se continue insistentemente, de forma recorrente, a viver acima das possibilidades... assim sendo, trata-se de uma inevitabilidade que procuremos trilhar um caminho, que é o do reequilíbrio das contas públicas... É aquilo que fazemos, ou devemos fazer, na casa de cada um de nós... este é um caminho em que todos nos devemos envolver, de forma responsável, mas é um caminho que exige capacidade política e consciência social... É um caminho que, se for trilhado sem capacidade política e sem consciência social, se virará, em permanência, contra aqueles que é suposto que defendamos, que são, evidentemente, as pessoas.

Quero dizer-vos que este caminho, para ser percorrido, implica que haja a tal capacidade política e a tal consciência social... o mundo autárquico, no seu conjunto, mesmo porventura com algumas excepções negativas que alguns, como cortina de fumo, teimam, de forma insistente, em mostrar para esconder a realidade... o mundo autárquico, no seu conjunto, é um bom exemplo... basta que pensem nisto: nos últimos anos, as Transferências do Orçamento Geral do Estado, para o mundo autárquico, têm sido significativamente reduzidas e, mesmo assim, no conjunto do mundo autárquico, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Endividamento em absoluto tem diminuído e é inferior a 4% da Dívida Pública Nacional Global... os factos falam por si, a culpa não está manifestamente no mundo autárquico no seu conjunto... Esse esforço, mais do que por palavras, constata-se pelos números... Mesmo no Concelho de Soure...

Permitam-me que também troque impressões, que reflecta convosco sobre o Concelho de Soure em particular...

Só nos últimos três anos, em termos de Transferências do Orçamento Geral do Estado, entraram no Município, a menos, ligeiramente mais de 2.000.000,00 euros... com este ano - o 4.º -, ultrapassaremos os 3.000.000,00 euros a menos!!!... mas, a verdade é que, mesmo sem crise, mesmo sem a sombra tutelar de uma qualquer TROIKA salvadora, ou pseudo salvadora da crise, no nosso Concelho - não sou eu que o digo, são os factos que o evidenciam -, tivemos sempre uma forma de estar muito particular... responsável - de forma suspeita, diria eu, pensarão alguns -, mas que é ilustrada a vários níveis... Por exemplo, mesmo sem crise, sem TROIKA, no Concelho de Soure, nos últimos 5 anos, fizemos de Despesa Pública, com significativo peso de investimento, 70.000.000,00 euros... mas, nesse mesmo período, diminuámos a Dívida, em decréscimo permanente, quase 2.000.000,00 euros!!!... No Concelho de Soure, mesmo sem crise, ano após ano, temos consolidado a Autosuficiência Orçamental e liberto meios para investimento... Todos os anos, as nossas Receitas Correntes, mesmo com tarifas municipais baixas, de grande consciência social, têm sido superiores às Despesas Correntes e têm liberto meios para investimento... só em 2011, voltámos a libertar sensivelmente 1.500.000,00 euros... Todos os anos, mesmo sem crise e sem TROIKA, temos procurado controlar as Despesas com o Pessoal: por exemplo, em 2011 diminuámos 8%, ligeiramente mais de 300.000,00 euros... mas, não despedimos ninguém, nem convidámos ninguém a sair porque nunca, em momento algum, andámos a admitir gente desnecessária... pelo contrário, em contra ciclo, no Município de Soure, passámos ao Quadro muita gente que tinha um vínculo laboral de natureza instável, a prazo... No Município de Soure não precisámos de qualquer TROIKA para programar os investimentos municipais, de acordo com as nossas efectivas possibilidades, e com os recursos que tínhamos e que fomos capazes de ir buscar.

Não hipotecámos o futuro e, acima de tudo, no Município de Soure não foi preciso haver crise para que definíssemos e implementássemos medidas sociais de excepção para apoiar as famílias daqueles que mais precisam, os estratos sociais mais vulneráveis... Fizemo-lo, fazemo-lo, fá-lo-emos, com consciência social, sem propaganda, porque a fragilidade social é para ser combatida, ajudada e resolvida, não é para ser utilizada como arma de arremesso político!!!... Temos feito isto no Concelho de Soure e, por isso, estamos e continuamos de consciência tranquila... mas, nós não somos uma ilha, nós estamos preocupados, nós estamos seriamente preocupados porque para além daquilo que se está a passar na Europa, temos uma Administração Central que, infelizmente, julgo que todos o confirmarão com honestidade intelectual, nos tem vindo a surpreender pela negativa.

Uma Administração Central que, como já foi aqui dito, apresenta sucessivas variantes de Propostas de Lei para a Reforma do Poder Local, para a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, mas, assentes numa metodologia claramente inadequada...



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Primeiro, deveriam ser as bases - de baixo para cima - a sugerir os casos em que houvesse vantagem social, vantagem económica, como aconteceu, por exemplo, no Município de Lisboa, que, sem legislação a determinar, de cima para baixo, como é que se faz, soube dar um passo decisivo para a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.

Não... não está a ser assim... no nosso Concelho, poderão já não ser três Freguesias a agregar... se não surgir ainda uma outra versão, se a matemática não estiver errada, 20% de 12 são 2,4, que arredonda para 2... portanto, em princípio já poderão ser apenas 2... mas, também vos quero dizer - e aí estou de acordo com o que foi dito a esse respeito, numa das intervenções que me antecederam -, que as Freguesias que vierem a ser particularmente tocadas, designadamente aquelas cuja agregação, nos termos da lei que vier a ser aprovada, apontar para várias opções... aí, os cidadãos dessas Freguesias, evidentemente, deverão ter a oportunidade de dar a sua opinião, através da realização de auscultações para o efeito... com todo o respeito que tenho pelas Assembleias e Juntas de Freguesia e pelos seus eleitos... a verdade é que nenhum eleito, nas últimas eleições, apresentou no seu Programa qualquer compromisso sobre aquilo que defenderia se a Freguesia fosse extinta, porque isso nem lhe passava pela cabeça... deverão ser os cidadãos a ter a possibilidade de dizer o que querem...

Se pensarmos que a Administração Central apresentou também um ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária... que, aponta, neste ensaio, para o eventual encerramento, tanto quanto a memória me permite lembrar, de cerca de 47 Tribunais... um ensaio que verdadeiramente mete no mesmo saco realidades completamente distintas, realidades sociais, realidades quantitativas... um ensaio que verdadeiramente nem sequer consegue apresentar vantagens no plano económico... um ensaio que nos leva a pensar que o que está em causa não é aproximar a justiça dos cidadãos - bem pelo contrário -... o que parece estar em causa é garantir que aqueles e aquelas que “ganham” com a Justiça, também esses já não possam ser todos, mas, porventura, alguns grupos... um ensaio que parece pouco ou nada ter a ver com a preservação de um direito elementar dos cidadãos, e, antes com inqualificáveis interesses elitistas de mercado... bom, mas, para além destes dois exemplos, esta Administração Central tem uma questão que a todos nos deve preocupar, é que tem vindo a insistir numa estratégia que parece tudo apostar na austeridade... Aparentemente, uma austeridade sem limites... uma austeridade que pouco falta para que a maioria dos cidadãos que com ela se confronta, a qualifique de insustentável... Uma austeridade tão perversa que os resultados já visíveis dessa estratégia são exactamente o contrário do que se pretende... basta pensarmos no disparo desmesurado do desemprego e naquilo que é a instalação do reino da desconfiança, que é uma variável muito poderosa e que, às vezes, destrói outras variáveis por mais bem intencionadas que sejam e, por isso, nós, evidentemente, estamos preocupados!!!!...

Não posso deixar de vos dizer, mesmo tratando-se de um dia de festa, que o Governo de Portugal - e digo isto com mágoa - é um Governo onde marcam pontos os “is”: o i da Impreparação Política e o i da Insensibilidade Social... Isto é muito grave porque o que nós precisamos para percorrer o caminho, para vencer o desafio com que estamos confrontados, era exactamente o contrário: Capacidade Política e Consciência Social!!!!... mas, nós devemos ter Confiança, devemos ter Esperança, devemos Acreditar que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portugal e a Europa, os responsáveis de Portugal e da Europa, arripiem caminho, que voltem a trilhar a rota do aprofundamento da Democracia Social... que voltem a colocar, em primeiro lugar, aquelas e aqueles que de nunca lá deveriam ter saído, que voltem a colocar, em primeiro lugar, as Pessoas... e o equilíbrio das contas, naturalmente ao serviço das Pessoas!!!...

Eu quero acreditar que só desta maneira é que teremos uma governação portuguesa e europeia, que não se afaste dos Ideais de Abril, que honre os Ideais de Abril, que assuma responsabilidades... uma gestão pública para as pessoas, a pensar nas pessoas... 38 anos depois de Abril de 1974, sinceramente, termos, no mínimo, uma grande apreensão, mas eu acho que nós devemos ter confiança, devemos acreditar... aliás, começamos a sentir que há sinais, até de mudança política na Europa, que certamente irão ajudar a que arripiemos caminho... Às vezes é preciso que apareçam os mesmos problemas noutros países com outra dimensão - não é que o desejemos -, para se perceber que o problema é europeu e então sim, teremos certamente uma Europa a arripiar caminho... teremos, outra vez, a Europa e Portugal, como baluartes das Pessoas, baluartes da Consciência Social, de novo, na rota do aprofundamento da Democracia Social.

Viva o 25 de Abril!

Viva o Concelho de Soure!

Viva Portugal!”

Por último, usou da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, proferindo o seguinte discurso: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Soure, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos Senhores Representantes das Instituições Concelhias, Excelentíssimos Senhores Convidados, Crianças e Jovens aqui presentes, Senhores Municípes que nos acompanham pela Rádio de Soure, Minhas Senhoras e Meus Senhores, a todos uma saudação muito especial e um agradecimento pela vossa presença.

Encontramo-nos hoje nesta Assembleia Municipal Extraordinária, para comemorar mais um aniversário do 25 de Abril de 74, um acontecimento que ficou marcado na História de Portugal e na memória dos portugueses, que suportaram até esta data, um Regime Ditatorial durante 40 anos, foi a Revolução que permitiu a todos viver um Regime de Liberdade que marcou o nascer de uma Democracia, que se mantém até hoje. Foi há 38 anos que nasceu para todos os portugueses uma nova esperança, a de uma vida mais justa, mais livre, resultante da intervenção dos Capitães de Abril que puseram termo ao Regime Fascista e Ditatorial, onde eram muitos os silêncios que envolviam a palavra “Liberdade” e os custos de uma Guerra Colonial.

Sentimos o dever de continuar a comemorar dignamente e com solenidade o 25 de Abril, pela mensagem viva de participação e de exercício da cidadania que nos trouxe e que não podemos nunca esquecer, e também para lembrar e homenagear os milhares de portugueses, que lutaram de diversas formas para que Portugal fosse um país livre e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

democrático, devolvendo assim a todos a Liberdade e a Democracia e transformando este acontecimento político recente, no mais importante da História de Portugal.

Sentimos também a responsabilidade de transmitir às gerações mais novas, esse episódio da nossa História que nos devolveu a Dignidade e o Orgulho de sermos Portugueses, e nos ofereceu Liberdade Democrática assente nos Princípios, de Liberdade e de Expressão e do respeito pelos Direitos Humanos do Homem, congratulando-nos por isso com o programa das actividades que integram o Programa das Comemorações do 25 de Abril, levado a cabo por esta Autarquia e que privilegia o envolvimento e a participação dos mais jovens do nosso concelho.

Nunca poderemos esquecer e lembramos a todos, que a Democracia tem como um dos Princípios a Cidadania e a Igualdade dos Cidadãos.

Os portugueses enfrentaram então novos desafios e mobilizaram-se na construção de um País e de uma sociedade que queriam melhor, mais humana e mais justa. O 25 de Abril tinha cumprido a sua missão e a nossa sociedade era mais democrática e a riqueza acumulada estava mais bem distribuída.

No entanto, decorridos 38 anos e apesar da entrada de Portugal na União Europeia e de um período de crescimento económico, que nos aproximou notoriamente do nível de vida dos nossos parceiros comunitários, devemos questionar-nos seriamente pela forma como usámos os valores decorrentes das conquistas de Abril, uma vez que não eliminamos a corrupção, não houve um crescimento económico sustentável, capaz de criar riqueza e de manter e criar emprego, ao contrário, vivemos hoje uma situação de grande desemprego, de insegurança e de grande marginalização social. A crise do emprego que estamos a viver leva muitos portugueses, e entre eles muitos dos nossos jovens mais qualificados, a procurar respostas em países estrangeiros, perdendo-se assim todo o investimento do País numa força de trabalho inovadora, não se renovando a classe trabalhadora, pelo contrário, aumentando a idade de reforma. Atravessamos, pois, um momento grave de crise, resultante do agravamento de problemas socioeconómicos, do abrandamento no investimento, uma crise de grande dimensão económica e financeira e com grande impacto no desemprego e no futuro das gerações mais novas, dado o elevado grau de endividamento público e privado e os baixos índices de competitividade, sinais cada vez mais preocupantes para a nossa Sociedade.

Na sequência deste quadro, assistimos ao aumento da instabilidade e da segurança no país, cresce largamente a criminalidade e o crime organizado, aumenta a pobreza, diminuem as respostas na Saúde, na Educação, na Justiça, vivemos numa sociedade injusta e desregulada, que coloca em causa os valores de Abril!

Conhecemos as dificuldades das finanças públicas e as medidas de austeridade que todos os dias nos são anunciadas, sufocando as famílias cada vez mais endividadas, mas cabe ao poder político, o único escolhido e controlado directamente pelo povo, defender o interesse público, sobrepondo-se aos interesses individuais ou de grupo, fortalecendo-se e credibilizando-se na procura e implementação de estratégias concertadas de desenvolvimento de políticas sociais e económicas capazes de promover o crescimento económico sustentável, centradas na aplicação equitativa de impostos, no crescimento do emprego, apoiando as empresas que nos restam, fomentando e facilitando a criação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

novas empresas que venham a produzir bens, aumentando a nossa produção e diminuindo consequentemente as importações e o desemprego de modo a que possamos reabilitar a estabilidade social e económica dos portugueses. Perante esta realidade exigem-se pois políticas sociais e económicas justas que não deixem de fora a riqueza e os rendimentos resultantes do capital. Precisamos também de contar com solidariedade europeia para ultrapassar a crise financeira, económica e social em que nos encontramos.

Os portugueses demonstraram ao longo dos séculos a excepcional capacidade de enfrentar e superar dificuldades e mais uma vez temos consciência dos novos sacrifícios que se impõem para podermos contribuir para a resolução dos problemas. Hoje há conhecimentos mais especializados e aprofundados em diferentes áreas, havendo assim possibilidades acrescidas para encontrar o entendimento sobre as reformas necessárias a um futuro mais promissor, numa perspectiva do interesse nacional.

A nível local, congratulamo-nos bastante com o facto de o Presidente do Executivo desta Autarquia ter sido bastante cauteloso no desenvolvimento da sua acção, evidenciando uma boa gestão financeira, o que permite dar algumas respostas às questões mais prementes no nosso Concelho, pois dada a sua proximidade com os Municípios e Instituições, reconhecemos, com grande satisfação, o trabalho competente que tem vindo a ser desenvolvido, na procura de estratégias, apoios e soluções possíveis para as dificuldades existentes. O Executivo e os Municípios contam certamente com o apoio desta Assembleia Municipal para continuar a apoiar as medidas que visem o minimizar os problemas mais prementes.

Terminamos citando Victor Hugo “*As revoluções são começadas por homens que fazem as circunstâncias e terminadas por homens que fazem os acontecimentos*” e aqui acontece...

A todos o nosso muito Obrigado!

Viva o 25 de Abril!

Viva o Concelho de Soure!

Viva Portugal!”

Procedeu-se à entrega dos prémios relativos ao concurso “**CONHECER ABRIL**”, pela Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão Comemorativa do 38.º Aniversário do 25 de Abril, cerca das 13,00 horas.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Maria Isabel Franco Gonçalves Verão, Dra.

O 1.º SECRETÁRIO

António da Silva Letra

A 2.ª SECRETÁRIA

Luisa Margarida Lima Anjo, Dra.